



PRECONCEITO LINGUÍSTICO E DESAFIOS CURRICULARES EM CONTEXTOS AFRICANOS LUSÓFONOS: desafios e perspectivas

Elton Julio Valentim - Universidade Federal do Amazonas – PPGECH – binancelton@gmail.com
Tome Simao Kissanga Marcelo – Universidade Federal do Amazonas – PPGECH – sethmarcelo1990@gmail.com
Ussumane Balde – Universidade Federal do Amazonas – PPGECH – baldeussumane079@gmail.com
Suely Mascarenhas – Universidade Federal do Amazonas – PPGE/PPGECH – suelyanm@ufam.edu.br

Eixo 02

Educação, Ciência e Sustentabilidade Social: pesquisas, práticas e experiências pedagógicas envolvendo povos indígenas, quilombolas, do campo, das florestas e das águas. Pesquisas sobre o desenvolvimento humano, os processos formativos dos sujeitos nos diferentes ciclos de vida e sua relação com a educação. Aborda a interculturalidade e os processos educacionais e pedagógicos na Amazônia, discutindo a formação e a práxis de professores como elemento mobilizador, com base em diferentes perspectivas históricas, epistemológicas e sociais.

Introdução

Essa comunicação realizada ao abrigo de estudos de mestrado junto ao PPGCEH UFAM, reúne diálogos sobre desafios do preconceito linguístico em contextos africanos lusófonos (Guine Bissau, Angola e Moçambique).

Segundo nossas experiências profissionais em muitas salas de aula da Guiné-Bissau, de Angola e de Moçambique, ouvem-se palavras que ecoam como estrangeiras no próprio chão onde os pés pisam. Enquanto a língua do colonizador se ergue nos quadros-negros como norma oficial, as vozes que embalam a infância nas aldeias, bairros e varandas domésticas continuam a habitar o silêncio ou a margem. Trata-se de uma tensão latente entre os fios de identidade cultural que tecem o cotidiano e os moldes curriculares herdados de uma história de dominação — uma história que ainda hoje sussurra que há línguas de prestígio e outras de invisibilidade.

Metodologia

Para atender o objetivo dessa comunicação científica, recorremos a revisão de literatura especializada e memórias autoetnografias de vivências profissionais nos



contextos pesquisados. Observamos a perspectiva da metaepistemologia de contextos (Jesus et all, 2022), triangulada com a perspectiva epistemológica da complexidade de Edgar Morin

Discussão

Da análise das informações reunidas para essa comunicação, percebemos que em territórios atravessados por lutas anticoloniais, reconstruções nacionais e esperanças de soberania cultural, a escola emerge como palco das mais sutis (e violentas) disputas simbólicas. É nesse espaço que se define quem pode falar, em que língua se pode saber e quais vozes são autorizadas a habitar os livros e os quadros. A análise comparativa dos três textos aqui selecionados — Patel (2022) sobre Moçambique, Calossa (2021) sobre Angola e Baldé, Mascarenhas e Maia (2024) sobre Guiné-Bissau — revela, de forma contundente, como o preconceito linguístico se manifesta não apenas na gramática normativa ou na escolha vocabular, mas nas estruturas profundas que organizam o ensino e a distribuição do saber.

A primeira categoria analítica formulada a partir das reflexões sobre o conceito de preconceito linguístico de Bagno (1999) — a tensão entre a norma culta e as práticas linguísticas reais — está no cerne da experiência educacional dos três contextos. Em Moçambique, como aponta Patel (2022), a escolha do português como língua oficial pós-independência foi justificada como necessidade política de união nacional. No entanto, essa escolha ignorou a realidade sociolinguística do país, onde as línguas bantu, com suas profundas raízes culturais e epistemológicas, continuam sendo as línguas de comunicação mais difundidas entre as populações rurais. A norma culta do português, ensinada de forma uniforme e prescritiva, dissociou-se das práticas linguísticas cotidianas dos alunos, criando uma ruptura entre linguagem e vivência.

Conclusões

A análise desenvolvida ao longo deste texto buscou evidenciar como o preconceito linguístico atua como um dispositivo de exclusão simbólica nos currículos escolares da Guiné-Bissau, Angola e Moçambique. Amparados na concepção de Marcos Bagno, compreendemos que a negação das línguas locais nas práticas pedagógicas transcende a esfera da gramática e da técnica: trata-se de um gesto político, impregnado por uma lógica colonial que hierarquiza culturas, saberes e modos de existência.

Se as línguas das comunidades permanecem relegadas aos espaços da casa, da rua ou da oralidade informal, é porque a escola ainda se estrutura sobre um modelo monocultural que não reconhece a pluralidade como potência formadora. O silêncio imposto às línguas originárias — seja pelo currículo, pelos materiais didáticos ou pelas práticas docentes — não apenas deslegitima os repertórios linguísticos dos estudantes, mas compromete a construção de uma cidadania enraizada, crítica e culturalmente soberana.

Reafirmar a necessidade da interculturalidade nos currículos africanos lusófonos não é uma proposta romântica ou utópica, mas uma exigência ética. Implica reconhecer que o respeito às línguas da casa é, também, respeito aos corpos que as falam, às histórias que as sustentam e aos territórios que as produzem. Em tempos em que se fala tanto sobre qualidade educacional, talvez o primeiro gesto de qualidade esteja em escutar — verdadeiramente — as vozes que a escola insiste em calar.

Referências

BALDÉ, U.; MASCARENHAS, S. A. do N.; MAIA, A. A. Ensinando e aprendendo a língua Fula, o português nas regiões de Bafatá e Gabu (Província Leste) Guiné-Bissau e a língua Nyungwe de Tete – Moçambique: contribuições didáticas para estudantes dos anos iniciais. *Revista AMAzônica*, v. 17, n. 2, p. 814–850, 2024. Disponível em: <https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/amazonica/article/view/15972/9668>.

Acesso em: 3 ago. 2025.

BAGNO, M. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. São Paulo: Loyola, 1999.



CALOSSA, B. V. Português língua materna e não materna em Angola: Implicações didáticas e políticas. In: TIMBANE, A. A.; SASSUCO, D. P.; UNDOLO, M. E. da S. (orgs.). *O português de/em Angola: peculiaridades linguísticas e a diversidade no ensino*. Porto: Opção Editora, 2021. p. 144–159. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/356973434_O_portugues_deem_Angola_peculiaridades_linguisticas_e_a_diversidade_no_ensino. Acesso em: 3 ago. 2025.

FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

NGUNGA, A. S. A. Os desafios da investigação linguística em África: O caso de Moçambique. *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*, n. 42, p. 86–108, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2526-303X.i42p86-108>. Acesso em: 3 ago. 2025.

PATEL, S. O lugar das línguas moçambicanas no panorama educacional de Moçambique: que perspectivas? *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, v. 23, n. 2, p. 144–160, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/les.v23i2.43490>. Acesso em: 3 ago. 2025.